

# O desafio mundial de buscar convergências

Brasil tem avanços reconhecidos pelas Nações Unidas, mas precisa aperfeiçoar a gestão do que é preservado

**B**ióloga por formação, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, está animada com a décima Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-10), que ocorre em Nagoya, no Japão, de 18 a 29 deste mês. Acredita que as negociações, embora complexas, podem trazer uma nova percepção sobre a vida no planeta e talvez possibilitar a convergência das agendas de biodiversidade e de clima, que considera estratégicas para o desenvolvimento do país.

Embora esteja à frente do ministério há poucos meses, desde 31 de março, quando deixou a secretaria executiva para substituir Carlos Minc, ela tem um histórico de peso na área. Doutora em planejamento ambiental pela Coppe/UFRJ, Izabella Teixeira foi funcionária de carreira no Ibama e ocupou cargos de direção nos governos federal e do Rio, sempre na área de ambiente, tema também de suas aulas em diferentes universidades. Na avaliação da ministra, o Brasil enfrenta o desafio de buscar consensos que permitam ao país se apropriar, de forma sustentável, da grande riqueza que tem em sua megadiversidade biológica. "Temos de formatar o nosso negócio para captar mais recursos", afirma em entrevista, cujos principais trechos são reproduzidos a seguir.

## **Como um país megadiverso como o Brasil encara as negociações sobre biodiversidade que serão feitas em Nagoya?**

A COP de Nagoya tem alguns pontos que eu destacaria como importantes. Primeiro, a conservação da diversidade biológica propriamente dita; segundo, a utilização sustentável da biodiversidade e seus componentes e, terceiro, a repartição justa e equitativa de benefícios que advêm do uso da biodiversidade, os recursos genéticos. Se fizermos uma reflexão sobre os três objetivos da convenção e analisarmos o relatório global divulgado em maio (Panorama da Biodiversidade Global 3, da Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas), veremos que não estamos conseguindo deter a perda da biodiver-

sidade no mundo. Não existem mais áreas em que não se tem perda, ou em que há uma perda normal. É um dado que preocupa todo mundo. O dado bom é que o Brasil é o país que tem melhor desempenho nessa questão da biodiversidade. Especialmente porque ampliamos a rede de conservação, criamos nos últimos oito anos, dez anos, três quartos das áreas protegidas que foram criadas em todo o planeta, e também porque estamos reduzindo o desmatamento da Amazônia. Isso não quer dizer que não estamos tendo perda de biodiversidade no Brasil; estamos. Mas isso sinaliza que existem outros vetores em termos de políticas públicas no Brasil que começam a mostrar que temos resultados importantes. Precisamos aperfeiçoar, precisamos avançar, mas temos esses resultados que são reconhecidos no mundo inteiro.

## **Que tipo de aperfeiçoamento é possível hoje?**

Quando olho para a utilização sustentável dos recursos naturais, vejo alternativas. A área de proteção no Brasil pode ter sido ampliada, mas ainda existe insuficiência de, por exemplo, acesso aos parques. Na África do Sul há um tremendo avanço de como gerir esses ativos. Como os parques e as unidades de conservação do Brasil podem fazer parte da economia do país? Isso é um desafio, porque significa deixar de ter parques ou unidades de conservação pagos somente pelo poder público e adotar novos modelos de gestão, de prestação de serviços. Eles mudam o patamar de uso daquela unidade de conservação como ativo meu, seu, da sociedade brasileira. Tivemos avanços em termos quantitativos, mas é preciso avançar no sistema de gestão daquilo que hoje está protegido. O parque mais visível do país, inclusive internacionalmente, é o Parque Nacional da Tijuca, por causa do Cristo Redentor. É um parque urbano, está no meio da cidade. É óbvio que a apropriação desse parque é completamente diferente, num modelo de gestão, do que a do Parque Nacional do Tumucumaque, que fica na fronteira com as Guianas, com 3,5 milhões de hectares.



Essa diversidade de situações requer uma visão estratégica de gestão desses ativos.

**Se houver um acordo em Nagoya, existirão instrumentos adicionais para fazer essa gestão?**

O maior desafio hoje é em relação ao ABS (protocolo de acesso e repartição de benefícios). Se conseguirmos fechar o protocolo internacional, teremos uma referência não só para o Brasil, mas de como agir de forma coordenada com outras referências internacionais, por exemplo, de alimentação ou acordos que estejam associados ao comércio. Estamos falando de acesso aos recursos genéticos, de biotecnologia, de biossegurança, de produção com base na biodiversidade e de reconhecimento de pagamento não só dos benefícios, mas também dos royalties, das patentes. O assunto é muito amplo. O protocolo internacional, certamente, não será nesse momento "legally binding" (um acordo vinculante); pelo que tenho informado, teremos um "framework". Mas será um acordo que vai balizar, nós estamos apostando nisso, as legislações nacionais e vai alinhar os outros acordos, por exemplo, sobre como vamos trabalhar a convergência de pautas. Esta é uma discussão tremenda. Por exemplo, o que significa pagar o conhecimento tradicional? Pagar para quem está no mercado Ver-o-Peso (em Belém, no Pará), vendendo uma amostra, porque sabe que aquela erva serve para fazer um chá? Ou pagar para uma população que está dentro de uma reserva extrativista e está manejando aquela erva e sabe que aquilo tem esse valor agregado?

**Mas esse debate também não é complicado internamente? As empresas reclamam, por exemplo, da dificuldade de pesquisa por conta das restrições da lei brasileira.**

Estamos discutindo internacionalmente há quatro anos e chegamos à COP-10 sem fechar o texto final, para ver como isso é complexo. Isso é também do processo multilateral de negociação das Nações Unidas, que só se

fecha quando existe consenso. A lei brasileira, de 2001, representa um grande esforço de trazer para o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) o papel de quem faz pesquisa, quem faz bioprospecção, quem desenvolve produto e vai para o mercado. A lei tem insuficiências. Precisamos aperfeiçoar uma série de coisas. Esse é um esforço que estamos fazendo hoje no governo, de discutir um novo critério de ABS, só que isso bate com a discussão internacional. Então, fazemos antes essa discussão ou esperamos a discussão internacional? Porque na realidade já temos uma lei, e vamos aperfeiçoar isso. Nós, no ministério, estamos indo pelo caminho de regulamentar a lei, que não foi regulamentada em todos os aspectos, e aí estaríamos saneando uma série dessas inquietações que estão sendo colocadas.

**De que forma um protocolo internacional poderia impactar o Brasil?**

É preciso ver o rebatimento disso na agenda econômica e comercial do país. Por isso é tão estratégico para o Brasil. O Brasil é um protagonista internacional na área de meio ambiente. Somos um país de altíssima biodiversidade, temos uma riqueza imensa e não nos apropriamos ainda de todos os vieses dessa riqueza. Não é como no passado, quando a preocupação era barrar quem embarcava com quadros feitos com borboletas. Existe todo um mundo da genética que requer mudanças, olhar a biodiversidade não só sob o ponto de vista ambiental, mas também do ponto de vista econômico, social e comercial. É por isso que eu aposto tanto nessa COP. Se a gente conseguir romper esse debate da ABS internacional, vamos trazer para o Brasil um novo patamar de debates sobre essa questão. Talvez demandando novas estruturas institucionais, novo poder de regulação, nova convergência entre ministérios - Ciência e Tecnologia, Agricultura, Meio Ambiente. As pessoas têm de aprender que biodiversidade é central na agenda econômica do país.

## De que forma seria disseminada essa visão para a sociedade?

Do ponto de vista estratégico, é preciso saber o que a perda de espécies representa para as bases econômicas e sociais. Para isso eu preciso traduzir esse conhecimento científico em um conhecimento acessível para todos nós, para os formadores de opinião e para os formuladores de políticas públicas. O Brasil produz tremendamente os papers técnico-científicos, é um dos países que mais produzem, e ninguém sabe disso. Qual é a importância da asa direita da mosca azul? Ou da bionfália? Mas se explicarem que a bionfália transmite esquistossomose e que isso tem um impacto econômico monumental no Brasil por causa de doença, esse interesse muda. Colocar a biodiversidade no dia a dia do cidadão é um desafio para todos nós. Depois, vem aí o TEEB, que vai mostrar caminhos para a valoração econômica da biodiversidade e que deverá provocar rea-

ções das mais diversas. Mas isso significa fazer o mundo de economistas, de quem faz business, entender o que significa biodiversidade.

## É possível articular alguma ação nesse sentido com o empresariado?

Totalmente. Nós temos três grandes desafios. Um é tornar a biodiversidade mais tangível para todo mundo. Segundo, a gente tem de saber gerir recursos. Temos de formatar o nosso negócio para captar mais recursos e ter uma estratégia em que o governo seja um grande articulador, um grande facilitador. E, terceiro, temos de aproximar a gestão ambiental pública da gestão ambiental corporativa privada. Isso é urgente para o país. Biodiversidade é uma coisa que junta todo mundo. A gestão ambiental corporativa no Brasil avançou muito, e tem avançado porque pode haver consciência do empresário, mas também existe oportunidade de negócios.

### INTERVIEW IZABELLA TEIXEIRA

## THE CHALLENGE OF CONVERGENCE

### Brazil seeks consensus on sustainable biodiversity management

A biologist by training, Brazil's Environment Minister Izabella Teixeira is upbeat about the Conference of Parties to the Convention on Biological Diversity (COP-10), to be held in Nagoya in October. She believes that the talks, while complex, may provide new perspectives about life on the planet and perhaps lead to a convergence of biodiversity and climate agendas, which she considers strategic for the country's development.

As far as the minister is concerned, Brazil faces the challenge of finding a consensus that will allow the country to sustainably exploit the enormous wealth of its biological megadiversity.

#### How does a megadiverse country like Brazil approach the talks on biodiversity to be held in Nagoya?

There are a few aspects to the conference in Nagoya that I would say are particularly important. First, the conservation of biological diversity, in and of itself; second, the sustainable use of the components of biodiversity; and third, the fair and equitable sharing of benefits arising from the use of biodiversity, the genetic resources. If we consider these three objectives of the convention and analyze the global report released in May [Global Biodiversity Outlook 3 of the United Nations Convention on Biological Diversity], we see that we are failing to curb the loss of biodiversity in the world. No more areas exist where there are no losses, or where the loss is normal. This is an issue that concerns everyone. The good news is that Brazil is the country with the best performance in this aspect of biodiversity.

#### What type of improvement is possible today?

When I look at the sustainable use of natural resources, I see alternatives. Protected areas in Brazil could be expanded, for example, but there is still insufficient access to parks. In South Africa, tremendous progress has been made in the

management of these assets. But how can our parks and conservation reserves become part of the economy of Brazil? This is a challenge, because it means not having parks or conservation reserves paid for entirely with public money and adopting new models for their management and for the provision of services. We have made progress in quantitative terms, but we need to move forward with a system to manage what is already protected.

#### What will be the impact of an agreement in Nagoya?

The main challenge today is related to the ABS [access and benefit-sharing] protocol. If we can come to an agreement on the international protocol, we will have a benchmark not only for Brazil, but on how to act in a coordinated manner with other international benchmarks, such as on food or trade-related agreements. We are talking about access to genetic resources, biotechnology, biosecurity, biodiversity-based production and recognition of the payment not only of benefits, but also royalties and patents. It is a very broad topic. The international protocol will almost certainly not be legally binding at this point, although I have been informed that it will give us a framework. We anticipate that it will be an agreement to guide national legislation and to align the other agreements.

#### If an international agreement is reached, what will the impacts be for Brazil?

We need to see the effect of this on the economic and commercial agenda of the country. This is why it is so strategic for Brazil. We are a country with an enormous biodiversity, we have immense wealth and we have not yet explored all the facets of this wealth. The whole field of genetics needs to view biodiversity not only from an environmental standpoint, but also from an economic, social and commercial point of view. This is why I am banking on the COP-10.



*Discolobium pulchellum* Benth.